

Relatório da Administração**Aos nossos clientes, ao mercado e ao público em geral**

Submetemos à apreciação de V.Sas. as informações financeiras do HSBC Brasil S.A. - Banco de Investimento, "Banco de Investimento", relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

O Banco de Investimento faz parte de uma das maiores e mais sólidas instituições financeiras internacionais, a HSBC Holdings plc, com sede no Reino Unido, com mais de 150 anos de tradição e experiência em todo o mundo.

Resultados

O HSBC Brasil S.A. - Banco de Investimento encerrou o exercício em 31 de dezembro de 2017 com patrimônio líquido no montante de R\$ 1.040.534 mil, tendo registrado um lucro líquido de R\$ 92.976 mil.

Gestão de riscos

Nossas atividades envolvem em graus variados a análise, avaliação, aceitação e gestão de riscos ou combinações de riscos. Nossa estrutura de gerenciamento de risco, garante que nosso perfil de risco permaneça conservador e alinhado com nosso apetite de risco e estratégia, determinados pelos seguintes princípios:

- gestão integrada: o apetite a risco considera riscos financeiros e não-financeiros, e é expresso em termos qualitativos e quantitativos, em escala global, regional e local;
- posição financeira: forte capitalização assim como gestão de liquidez e gestão de ativos e passivos local;
- modelo operacional: retornos gerados em linha com os riscos assumidos; diversificação e sustentabilidade das receitas visando entregar retornos consistentes aos acionistas;
- práticas de negócio: tolerância zero para fazer negócios sem considerar os riscos reputacionais resultantes; tolerância zero para fazer negócios que deliberadamente são prejudiciais aos clientes ou não cumpram a letra ou espírito dos requerimentos regulatórios; tolerância zero para conduta imprópria por parte dos funcionários.

Gestão Integrada de Riscos

O HSBC Brasil atua no gerenciamento dos riscos a que está exposto de forma integrada, avaliando todos os impactos conjuntamente com base na abordagem de Gestão Integrada de Riscos determinada pelo Grupo HSBC e tem como objetivos suportar uma cultura forte de risco em toda a organização, assegurar uma gestão de riscos consistente e compreensiva, permitir adequada tomada de decisão com base em ampla visibilidade e consciência dos riscos, assegurar que os riscos assumidos estão de acordo com a natureza e o nível pre-estabelecidos.

Em 23 de Fevereiro de 2017 foi emitida a Resolução CMN 4.557/17 que dispõe sobre a estrutura de gerenciamento de riscos e de capital das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. As principais alterações propostas pela resolução dizem respeito a gestão integrada de riscos, a estrutura de governança e a declaração de apetite ao risco. As mudanças introduzidas não impactam significativamente o HSBC Brasil já que na vasta maioria os requerimentos são similares a de outras geografias a que o Grupo HSBC já estava exposto e, portanto, já estavam incorporados à política interna.

Para maiores informações sobre a estrutura de gerenciamento de riscos e de capital, consulte o site: hsbc.com.br.

Cultura de Risco

Cultura de risco engloba nossas normas, atitudes e comportamentos sobre conscientização dos riscos, tomada de riscos e gerenciamento de riscos. A cultura do risco é um elemento crítico e permeia tudo o que fazemos.

Papéis e Responsabilidades

O HSBC Brasil possui uma área de gerenciamento de riscos independente das áreas de negócio mas todo funcionário do HSBC é responsável pela identificação e gerenciamento de riscos no âmbito de seu papel como parte do modelo de três linhas de defesa e este é aplicável a todos os tipos de risco. As três linhas de defesa estão organizadas da seguinte forma:

- A Primeira Linha é a proprietária dos riscos e responsável por identificar, registrar, reportar e gerir os riscos no dia-a-dia, assegurando que as análises e controles para mitigar os riscos e mantê-los de acordo com o apetite da organização;
- A Segunda Linha determina as políticas, supervisão e desafia as atividades e os relatórios da Primeira Linha para garantir que eles tenham cumprido os requisitos mínimos para gerenciamento de risco, e estejam de acordo com o apetite a risco pré-estabelecido;
- A Terceira Linha é a Auditoria Interna, responsável por fornecer revisão e avaliação independente à Diretoria e ao Grupo HSBC, garantindo que os processos de gerenciamento de risco, governança e controle interno foram projetados e operam de forma eficaz.

Padrões Globais

Temos o compromisso de desenvolver padrões globais moldados pelos mais altos e eficazes padrões de *compliance* contra crimes financeiros disponíveis nas jurisdições onde o HSBC opera e implantá-los consistentemente em escala global.

Por definição, o impacto dos padrões globais abrange toda a organização, e os principais meios pelos quais aplicamos consistentemente elevados padrões se dá através da aplicação universal dos Valores do HSBC, sistemas de governança robustos e dos comportamentos, desempenho e reconhecimento de todos os nossos colaboradores na gestão de relacionamentos de alta qualidade com nossos clientes.

Nossos Valores, a boa governança e o compromisso de operar de forma sustentável orientam a forma como administramos o nosso negócio e nos ajudamos a criar valor para os nossos *stakeholders*.

Em linha com a nossa ambição de ser reconhecido como o principal banco internacional do mundo, temos a aspiração de definir o padrão da indústria com relação a conhecer nossos clientes e detectar, impedir e proteger contra crimes financeiros. Como os mercados internacionais tendem a ser tornar mais interligados e complexos e, como ameaças ao sistema financeiro global tendem a crescer, estamos fortalecendo ainda mais as políticas e práticas que regem a forma como fazemos negócios e com quem.

Temos focado em continuar com a aplicação dos nossos padrões e em nossa capacidade de identificar e assim evitar o uso indevido e abuso do sistema financeiro, através de nossas redes tomamos ações imediatas para fortalecer nossos processos de governança e nos comprometemos a adotar e aplicar os mais elevados ou mais eficazes padrões de *compliance* contra crimes financeiros em todo o HSBC.

Continuamos a reforçar o status e a importância de *compliance* e aderência aos nossos padrões globais através da construção de fortes controles internos, desenvolvendo capacidades de classe mundial através da comunicação, treinamento e programas de garantia para termos certeza que os funcionários entendam e possam assumir suas responsabilidades, e redesenhar elementos fundamentais de como nós avaliamos e recompensamos os executivos seniores.

Padrões nos permitem:

- Fortalecer a nossa resposta à ameaça constante de crime financeiro;
- Tornar consistente - e, portanto, simplificar - as maneiras pelas quais nós fiscalizamos e impomos altos padrões no HSBC;
- Reforçar as políticas e processos que regem a forma como fazemos negócios e com quem e;
- Garantir que nós sempre aplicamos os Valores do HSBC.

Desde 2014 o Grupo HSBC tem reforçado ainda mais a estrutura da área de Compliance e vem implementando diversas ações para mitigação de riscos de clientes, produtos e operações. Três programas fundamentais estão sendo continuados, com o propósito de aprimorar o conhecimento sobre os nossos clientes, fortalecer o combate à lavagem de dinheiro e assegurar o respeito às sanções e o combate à corrupção.

Risco de Mercado

O objetivo da administração de risco de mercado do HSBC Brasil é gerenciar e controlar as exposições oriundas dos fatores de risco de mercado a fim de otimizar o retorno sobre o risco e ao mesmo tempo manter um perfil de risco consistente com o Apetite de Risco estabelecido pela instituição.

O HSBC Brasil possui uma área independente responsável pelo gerenciamento e controle de risco de mercado, tal área é responsável por mensurar e reportar as exposições de risco de mercado conformidade as políticas definidas pelo HSBC, além de monitorar e reportar diariamente essas exposições em relação à limites preestabelecidos. A área de gerenciamento de risco de mercado é responsável por avaliar os riscos de mercado que surgem em cada produto e assegurar que estes sejam transferidos e gerenciados pela área de Tesouraria.

O HSBC Brasil utiliza uma variedade de ferramentas para monitorar e limitar as exposições ao risco de mercado, incluindo análises de sensibilidade, VAR e testes de estresse.

Risco de Crédito

A cultura de gerenciamento do risco de crédito do Grupo HSBC em todos os países e regiões onde atua é dedicada a atingir e manter o seus ativos em alto grau de qualidade. Isso requer padrões elevados de profissionalismo e disciplina aplicados consistentemente na gestão do risco de crédito. Essa cultura universal é essencial para o sucesso no controle e no gerenciamento de risco buscando minimizar as perdas de crédito e aumentar o retorno sobre o risco ajustado, contribuindo assim para o sucesso geral da organização.

A área responsável pelo Risco de Crédito segue as diretrizes estabelecidas pela Diretoria Executiva e pelo Grupo HSBC através da elaboração e manutenção das políticas e do manual de crédito locais, assim como o estabelecimento e monitoramento de controles de acompanhamento. De acordo com alçadas delegadas pela Diretoria Executiva, a área de Risco de Crédito avalia e auxilia a realização de transações de acordo com as políticas vigentes de forma independente da área de Negócios.

Risco Operacional

A gestão de risco operacional é considerada essencial pelo HSBC para a manutenção de um ambiente de risco robusto que permita o bom desenvolvimento dos negócios, dentro do apetite de risco estabelecido, atingindo resultados sustentáveis.

A estrutura de gerenciamento de riscos operacionais está em conformidade com o ambiente regulatório local e externo, através das políticas e governança definida e implementada pelo grupo HSBC.

Gerenciamento de capital

De acordo com a Resolução CMN 4.557/17, o processo de gerenciamento de capital define-se como o processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pela instituição, a avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a instituição está exposta e o planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da instituição. A abordagem de gerenciamento de capital do HSBC Brasil é orientada por suas estratégias e necessidades organizacionais, levando em conta a regulamentação aplicável e o ambiente econômico e de negócios em que opera.

Controles Internos e Compliance

O Banco de Investimento conta com sua estrutura de controles internos, principal responsável por implementar e disseminar a cultura de controles e uma estrutura de *compliance*, para assegurar que seus administradores e gestores atemem para o fiel cumprimento dos regulamentos e normas aplicáveis aos seus negócios, de acordo com a resolução nº 2.554, de 24 de Setembro de 1998, do CMN, e alterações posteriores, a qual trata da estrutura de controles internos aplicáveis às instituições financeiras, bem como às demais normas e regulamentos que tratam da conduta da instituição, principalmente em questões que envolvem o tratamento adequado e transparente aos clientes, órgãos reguladores, demais autoridades e práticas de mercado em geral.

Foram dispensados cuidados adicionais para a prevenção à lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo, com especial observância ao disposto na Lei nº 9.813, de 3 de Março de 1999, e alterações posteriores (Lei 12.883 de 09 de Julho de 2012), bem como as normas complementares estabelecidas pelo COAF e Bacen, incluindo a Circular nº 3.461 de 24 de Julho de 2009. Todos os procedimentos e políticas de prevenção à lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo são supervisionados pelo Chefe de Prevenção à Lavagem de Dinheiro com suporte da equipe de monitoramento de clientes e transações do Grupo HSBC no Brasil.

Acordo de Ação Penal Diferido (DPA)

Em outubro de 2010, o HSBC Bank USA ("HBUS") acatou uma ordem de cessação imposta pelo OCC e o controlador indireto da companhia, a HSBC North America Holdings ("HNAH"), acatou uma ordem de cessação imposta pelo Conselho do Banco Central Americano (*Federal Reserve Board*). Em 2012, o HSBC Brasil acatou uma ordem sobre um programa de *compliance* abrangente ("Ordem" no singular e "Ordens" no conjunto). Essas Ordens exigiram melhorias com o estabelecimento de um programa efetivo de gestão de risco de *compliance* nos negócios americanos do HSBC, incluindo vários assuntos relacionados à *compliance* com a Lei de Sigilo Bancário (*Bank Secrecy Act*) ("BSA"), e o combate à lavagem de dinheiro (AML). Enquanto essas Ordens continuam em aberto, o HBUS e HNAH acreditam terem tomado medidas apropriadas para estarem *compliance* com as exigências das Ordens.

Em dezembro de 2012, a HSBC Holdings, a HNAH e o HBUS celebraram acordos de ajuste de conduta com agências regulatórias e governamentais dos Estados Unidos e Reino Unido com relação ao uso de políticas inadequadas de *compliance* quanto a normas previstas na Lei de Sigilo Bancário (*Bank Secrecy Act*) ("BSA"), normas de combate à lavagem de dinheiro e crimes financeiros - ou sanções (*Sanctions Law*). Dentro os acordos celebrados, o HSBC Holdings e o HBUS celebraram um acordo de cinco anos de diferimento de ajuizamento de Ação Penal com, entre outros, o Departamento de Justiça dos Estados Unidos (o "AML DPA"); e o HSBC Holdings acatou uma ordem de cessação, e o HSBC Holdings e HNAH acataram a aplicação de uma multa pecuniária civil pelo Conselho do Banco Central (*Federal Reserve Board*) ("FRB"). O HSBC Brasil também celebrou um acordo com o Departamento de Controle de Ativos Estrangeiros ("OFAC" com relação a transações históricas envolvendo partes sujeitas a sanções da OFAC e um termo de responsabilidade com a Autoridade de Serviços Financeiros do Reino Unido (*UK Financial Services Authority* - "FCA") para cumprir com certas obrigações futuras relacionadas à lavagem de dinheiro e sanções. Adicionalmente, o HSBC Bank USA acatou a aplicação de uma multa pecuniária pelo FinCen (*Financial Crimes Enforcement Network*) e uma multa pecuniária civil com o OCC.

Por força destes acordos, o HSBC Holdings e o HBUS realizaram pagamentos totalizando US\$ 1.9 bilhões às autoridades norte-americanas, e assumiram várias obrigações adicionais, incluindo, dentre outras, a manutenção de um monitor de *compliance* independente (que é, para fins do FCA, uma "pessoa qualificada" de acordo com a a seção 166 do *Financial Services and Markets Act*) para elaborar avaliações anuais do programa de *compliance* de combate à lavagem de dinheiro e sanções do Grupo (o "Monitor"). Por força da ordem de cessação e existência imposta pelo FRB em 2012, o Monitor também atua como consultor independente para conduzir avaliações anuais. Em Fevereiro de 2018, o Monitor entregou o seu quarto relatório de revisão.

Por meio de suas revisões em cada país, o Monitor identificou potenciais problemas de *compliance* que o HSBC está revisando em maiores detalhes com o Departamento de Justiça dos Estados Unidos, FRB e/ou FCA. Em particular, o Departamento de Justiça dos Estados Unidos está investigando a condução do HSBC em relação a contas de um cliente corporativo. Adicionalmente, o FinCen e a Divisão Civil do Juízo Distrital Federal dos Estados Unidos do Distrito Leste de Nova Iorque estão investigando a coleta e transmissão de informações originadas por terceiros em certos pagamentos instruídos através de sistemas de pagamentos próprios do HSBC. Desde 2012 o FCA também está conduzindo uma investigação sobre a conformidade do HSBC Bank plc com os regulamentos de combate à lavagem de dinheiro e aos requerimentos de controles e sistemas relacionados ao crime financeiro do Reino Unido. O HSBC está cooperando com todas essas investigações.

Em Dezembro de 2017, o AML DPA expirou e as ações penais postergadas pelo AML DPA foram encerradas. O Monitor continuará a trabalhar em sua capacidade como uma pessoa qualificada e consultor independente por um período de tempo por opção do FCA e FRB.

Comcomitantemente com o AML DPA, o HSBC Bank USA também celebrou dois compromissos de cessação de conduta com o OCC. O primeiro, descrito acima, requer que o HSBC Bank USA adote um programa abrangente de *compliance*. Segundo requer que o HSBC Bank USA corrija as circunstâncias mencionadas no relatório de investigação desta autoridade impondo certas restrições sobre o HSBC Bank USA na aquisição direta ou indireta de controle de, ou participação em, qualquer subsidiária financeira nova, ou na inclusão de novas atividades em suas subsidiárias financeiras existentes, sendo necessária obter para tal a aprovação prévia do OCC.

Os acordos com autoridades dos Estados Unidos e do Reino Unido não impedem a propositura de ações por parte de entidades privadas arguindo ou questionando, entre outras coisas, as políticas de *compliance* do Grupo HSBC e o cumprimento por parte do Grupo das políticas e normas de combate à lavagem de dinheiro, cumprimento de leis de sigilo bancário aplicáveis, e demais sanções desta natureza mesmo que não estejam previstos expressamente nos acordos.

Em maio de 2014, um acionista do HSBC Holdings ("Autor") propôs ação subsidiária em nome do HSBC Holdings, HSBC Bank USA, HNAH e HSBC USA Inc. ("Grupo HSBC") em face de outros atuais e ex-diretores e executivos ("Réus") das referidas empresas perante a Suprema Corte do Estado de Nova Iorque. O Autor alega que os indivíduos Réus violaram os seus deveres fiduciários perante o Grupo HSBC e causaram a perda de ativos corporativos por supostamente permitir e/ou causar a conduta subjacente ao AML DPA. Em novembro de 2015, a Suprema Corte do Estado de Nova Iorque deferiu o pedido de extinção da ação. O Autor pode recorrer da decisão.

Em julho de 2014, um grupo de investidores em ações ordinárias do HSBC e ADSs (sigla de *American Depositary Shares*), adquiridas entre julho de 2006 e julho de 2012, propôs ação indenizatória em face do HSBC Holdings e um ex-funcionário da empresa perante o Tribunal de Justiça de Ontário, Os Autores buscam indenização material de aproximadamente C\$ 20 bilhões. Alegam que os Réus violaram precedentes legais e a legislação estatutária ao incluir declarações falsas em documentos divulgados pelo HSBC Holdings e sua subsidiária, HSBC Bank Canada, com relação ao cumprimento da BSA, AML, sanções e outras leis. Em Setembro de 2017, o Tribunal Superior de Justiça de Ontário retriu as ações contra o HSBC Holdings e ex-funcionários por falta de jurisdição, e manteve a ação de falsa declaração contra o HSBC Holdings por incompetência do Fórum. Em Outubro de 2017, o autor recorreu para a Corte de Apelação de Ontário, onde o recurso está pendente.

Desde novembro de 2014, cinco ações foram propostas perante os Juízos Distritais Federais de Nova Iorque, Illinois e Texas, contra várias empresas do HSBC e outras partes atuais ou anteriores, e ex-próprios ou pessoas a eles relacionadas, vítimas de ataques terroristas no Iraque, Jordânia ou da violência do cartel do México. Em cada caso, alega-se que os réus auxiliaram e incentivaram uma conduta ilegal de vários grupos sancionados em violação à Lei Antiterrorismo dos Estados Unidos. Uma ação foi voluntariamente retirada em Outubro de 2017. As demais estão pendentes no Juízo Distrital de Nova Iorque e encontram-se em estágio inicial.

Com base nos fatos atualmente conhecidos, não é possível ao HSBC, neste momento, prever o resultado das mencionadas matérias, incluindo a duração ou qualquer impacto possível sobre o HSBC, que pode ser significativo.

Adicionalmente, vários reguladores e agências governamentais ao redor do mundo estão conduzindo investigações e revisões civis e criminais em operações de câmbio realizadas pelo HSBC e outras instituições. O HSBC vem cooperando com essas investigações e revisões.

Em Janeiro de 2018, o HSBC Holdings celebrou um acordo de 3 anos de diferimento de ajuizamento de Ação Penal com a Divisão Criminal do Departamento de Justiça dos Estados Unidos (o "FX DPA") em relação a conduta fraudulenta em duas transações específicas de câmbio realizadas em 2010 e 2011. Conforme os termos do FX DPA, o HSBC assumiu diversas obrigações incluindo cooperação contínua com autoridades e a implementação de melhorias em seus procedimentos e controles internos no seu negócio de Global Markets, o qual estará sujeito ao envio de relatórios anuais ao Departamento de Justiça dos Estados Unidos. O HSBC também concordou em pagar uma penalidade financeira e restituição.

Demonstrações Financeiras

O Comitê de Auditoria revisou em março de 2018 as demonstrações financeiras do HSBC Brasil S.A. - Banco de Investimento de 31 de dezembro de 2017, conferindo a transparência e qualidade, bem como confirmando a veracidade e integridade das informações apresentadas.

A Diretoria aprovou em 27 de março de 2018 estas demonstrações financeiras.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos clientes e usuários pela escolha do HSBC, aos colaboradores pela dedicação constante e às autoridades e ao público em geral pela atenção dispensada.

São Paulo, 27 de março de 2018

A Diretoria

(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por lote de mil ações)

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2017 e 2016

BALANÇOS PATRIMONIAIS							
Ativo	Nota	2017	2016	Passivo	Nota	2017	2016
Circulante		317.506	267.576	Circulante		92.176	101.608
Disponibilidades		11.533	6.454	Depósitos Interfinanceiros	10	-	2.697
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	53.752	244.624	Instrumentos financeiros derivativos	5	28.781	-
Aplicações no mercado aberto - revendas a liquidar		3.731	244.624	Outras obrigações	63.395	98.911	
Aplicações em depósitos interfinanceiros		50.021	-	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		57	1.993
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	5	214.345	12.988	Sociais e estatutárias		1.103	949
Carteira própria		199.947	-	Fiscais e previdenciárias	9	27.252	62.856
Instrumentos financeiros derivativos		14.398	12.988	Negociação e intermediação de valores	5	4.223	5.782
Outros créditos - Diversos		37.792	3.443	Diversas	6	30.760	27.331
Negociação e intermediação de valores	5	2.683	29	Exigível a longo prazo		146.004	60.570
Diversos	6	35.109	3.414	Instrumentos financeiros derivativos	5	59.422	-
Outros valores e bens - Despesas antecipadas		84	67	Outras obrigações		86.582	60.570
Realizável a longo prazo		950.697	936.581	Fiscais e previdenciárias	9	65.200	39.390
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	5	913.197	894.879	Diversas	6	21.382	21.180
Carteira própria		680.892	756.410	Patrimônio líquido		1.040.534	1.053.529
Instrumentos financeiros derivativos		12.498	13.212	Capital social - De domiciliados no País	12	919.248	919.248
Vinculados à Prestação de Garantias		219.807	125.257	Reservas de lucros		70.677	89.968
Outros créditos - Diversos	6	37.500	41.702	Ajuste ao Valor de Mercado - Títulos e valores mobiliários	5	50.609	44.313
Permanente		10.511	11.550	Total		1.278.714	1.215.707
Investimentos - obras de arte		10	10				
Imobilizado de uso	7	10.255	11.212				
Outras imobilizações de uso		13.584	12.681				
(Depreciações Acumuladas)		(3.309)	(1.469)				
Intangível	8	246	328				
Ativos Intangíveis		411	411				
(Amortizações Acumuladas)		(165)	(83)				
Total		1.278.714	1.215.707	Total		1.278.714	1.215.707

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Capital social realizado	Reservas de lucros		Avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
		Legal	Estatutária			
Saldos em 1º de janeiro de 2016	775.277	15.525	12.070	(4.900)	-	797.972
Aumento de capital	665.328	-	-	-	665.328	665.328
Redução de capital	(521.357)	-	-	-	(521.357)	(521.357)
Ajuste de avaliação patrimonial - Títulos e valores mobiliários e derivativos	-	-	4	49.213	49.213	49.213
Baixa de dividendos prescritos	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	98.232	98.232
Destinações propostas pela Diretoria:	-	-	-	-	-	-
Reservas de lucros	-	4.911	57.458	-	(62.369)	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	(35.863)	(35.863)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	919.248	20.436	69.532	44.313	-	1.053.529
Mutações do exercício	143.971	4.911	57.462	49.213	-	255.557
Saldos em 1º de janeiro de 2017	919.248	20.436	69.532	44.313	-	1.053.529
Ajuste de avaliação patrimonial - Títulos e valores mobiliários e derivativos	-	-	-	6.295	-	6.295
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	92.976	92.976
Destinações propostas pela Diretoria:	-	-	-	-	-	-
Reservas de lucros	-	4.649	45.592	-	(50.241)	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	(42.735)	(42.735)
Dividendos adicionais	-	-	(69.531)	-	-	(69.531)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	919.248	25.085	45.592	50.609	-	1.040.534
Mutações do exercício	-	4.649	(23.939)	6.295	-	(12.955)
Saldos em 1º de julho de 2017	919.248	22.499	108.734	51.751	-	1.102.232
Ajuste de avaliação patrimonial - Títulos e valores mobiliários e derivativos	-	-	-	(1.142)	-	(1.142)
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	51.710	51.710
Destinações propostas pela Diretoria:	-	-	-	-	-	-
Reservas de lucros	-	2.586	6.389	-	(8.975)	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	(42.735)	(42.735)
Dividendos adicionais	-	-	(69.531)	-	-	(69.531)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	919.248	25.085	45.592	50.609	-	1.040.534
Mutações do semestre	-	2.586	(63.142)	(1.142)	-	(61.698)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

	Nota	2017		2016	
		Segundo Semestre	Exercício	Exercício	Exercício
Receitas da intermediação financeira	123.560	224.682	206.861		
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		75.774	146.813	201.237	
Resultado com instrumentos financeiros derivativos		29.406	59.040	9.406	
Resultado de operações de câ					



HSBC Brasil S.A. - Banco de Investimento

Rua Funchal, 160, conjunto 191A - São Paulo - SP

C.N.P.J. 53.518.684/0001-84

www.hsbc.com.br

Em milhares de reais

Notas explicativas às demonstrações financeiras

1. Contexto operacional

O HSBC Brasil S.A. - Banco de investimento ("Banco de Investimento") é uma subsidiária do HSBC Brasil Holding S.A., autorizada a operar com a prática de operações bancárias, financeiras e de crédito, ativas, passivas e acessórias inerentes às atividades de Banco de Investimento, inclusive, mas não limitando a operações de câmbio, administração de carteira de valores mobiliários, distribuição de valores mobiliários e a prática de operações de compra e venda, por conta própria ou de terceiros, de metais preciosos e de capital, conforme devidamente autorizado pelo Banco Central do Brasil e/ou pela Comissão de Valores Mobiliários, conforme o caso, de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor. O Banco de Investimento poderá participar de quaisquer outras sociedades, comerciais ou civis, nacionais ou estrangeiras, como sócia ou acionista, observadas as normas do Banco Central do Brasil.

Os principais eventos ocorridos na constituição da estrutura atual do HSBC no Brasil foram:

- Em 28 de setembro de 2015, conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária, foi adquirida a M.A.K.S.P.E. Empreendimentos e Participações S.A. (criada em 22 de abril de 2015) pela acionista HSBC Latin America Holding (UK) Limited, e alterada a denominação social para HSBC Brasil Holding S.A., seu objeto social passou a ser a participação, sob qualquer forma, em instituições financeiras.
- Através da AGE realizada em 28 de setembro de 2015, o HSBC Bank Brasil S.A. - Banco Múltiplo transferiu por cessão onerosa para a HSBC Brasil Holding S.A., pelo seu valor contábil, a totalidade das ações no montante de 120.534 da HSBC Leasing Arrendamento Mercantil (Brasil) S.A., antiga denominação do HSBC Brasil S.A. - Banco de Investimento. Esta cessão fez parte de um processo de reestruturação societária no âmbito do Grupo HSBC Brasil, e justificou-se pela necessidade de realocação de negócios.
- Em 1º de outubro de 2015 foi firmado o contrato de cessão dos direitos de crédito e outras avenças entre o HSBC Brasil S.A. - Banco de Investimento (atual denominação da HSBC Leasing Arrendamento Mercantil (Brasil) S.A.) e HSBC Bank Brasil S.A. - Banco Múltiplo. O HSBC Bank adquiriu os direitos de crédito de titularidade do HSBC Brasil S.A. - Banco de Investimento (atual denominação da HSBC Leasing Arrendamento Mercantil S.A.), referente à totalidade de suas operações de arrendamento mercantil. O preço da cessão correspondeu ao valor contábil dos créditos líquidos das obrigações entre as entidades, sendo o valor líquido de R\$ 292.244.
- Em 05 de janeiro de 2016 foi publicada no Diário Oficial da União a autorização concedida pelo Banco Central do Brasil para alteração do objeto social para banco de investimento.
- Em 08 de junho de 2016 o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) aprovou a venda das operações do HSBC no Brasil ao Banco Bradesco S.A. Essa decisão concluiu o processo de aprovações regulatórias para a transação, após as autorizações do Banco Central do Brasil (BACEN) e Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). Em decorrência do processo de mudança de controle societário do HSBC Bank Brasil S.A. e subsidiárias, a partir de 1º de julho de 2016 o HSBC Brasil S.A. - Banco de Investimento tornou-se a única instituição financeira do Grupo HSBC com atuação em território brasileiro.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis emanadas da legislação societária brasileira e as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional ("CMN") e do Banco Central do Brasil ("BACEN").

As demonstrações financeiras do Banco de Investimento foram aprovadas pelo Comitê de Auditoria em 27 de março de 2018.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a. Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional do Banco de Investimento é o real, a qual também é a moeda de apresentação destas demonstrações financeiras.

b. Apuração do resultado

As receitas e despesas foram reconhecidas pelo regime de competência.

c. Estimativas contábeis

As estimativas contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração, para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, provisão para credores de liquidação duvidosa, e as provisões para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. O Banco de Investimento revisa as estimativas e premissas pelo menos semestralmente.

d. Caixa e equivalentes de caixa

São representados por disponibilidades e aplicações interfinanceira, cujo prazo de vencimento seja igual ou inferior a 90 dias da data de contratação e apresentem risco insignificante de mudança de valor.

e. Aplicações interfinanceiras de liquidez

Foram registradas pelos valores de aplicação ou de aquisição, acrescidos dos rendimentos incorridos até a data de balanço.

f. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

I. Conforme previsto na Circular BACEN nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, os títulos e valores mobiliários foram classificados na seguinte categoria:

Títulos disponíveis para venda - são avaliados pelos seus valores de mercado, em contrapartida à destacada conta do patrimônio líquido denominada "Ajuste ao valor de mercado", líquido dos efeitos tributários.

II. Conforme previsto na Circular Bacen nº 3.082, de 30 de janeiro de 2002, os instrumentos financeiros derivativos foram avaliados pelos seus valores de mercado e o registro da valorização ou da desvalorização desse ajuste a valor de mercado foi reconhecido no resultado.

Os derivativos são reconhecidos e subsequentemente reavaliados a valor de mercado. O valor de mercado de derivativos negociados em bolsa é obtido através de preços cotados no mercado. O valor de mercado de derivativos negociados no mercado de balcão é obtido através de técnicas de avaliação, incluindo modelos de fluxos de caixa descontados.

Os derivativos são classificados como ativo quando o valor de mercado é positivo, ou como passivo quando o valor de mercado é negativo. O reconhecimento dos ganhos e perdas com valor de mercado depende da classificação dos derivativos (mantidos para negociação ou designados como instrumentos de hedge). Para fins dessa demonstração, o Banco de Investimento possui apenas derivativos mantidos para negociação.

g. Outras operações ativas e passivas

As demais operações ativas e passivas estão demonstradas pelo valor principal, acrescido dos rendimentos ou encargos incorridos, se aplicável, calculados "pro rata" dia.

g. Imposto de renda contribuição social

O imposto de renda foi calculado utilizando-se a alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10% (quando aplicável), e a contribuição social foi calculada à alíquota de 15%, sobre o lucro antes do imposto de renda, até agosto de 2015 e à alíquota de 20% entre setembro de 2015 e dezembro de 2017, ajustado na forma da legislação.

O imposto de renda e a contribuição social sobre as diferenças temporárias e os prejuízos fiscais estão apresentados nas rubricas "Outros créditos - Diversos" e "Outras obrigações - Fiscais e previdenciárias" e refletidas no resultado do período ou, quando aplicável, no patrimônio líquido.

Para esses ativos considera-se a expectativa de realização em prazo razoável de tempo, não superior ao permitido pela legislação existente.

i. Depósitos interfinanceiros

As operações pós-fixadas foram registradas "pro rata" dia e retificadas pela conta de despesas a apropriar até a data do balanço.

j. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09 e CMN nº 3.484/10.

Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são divulgados nas demonstrações financeiras.

Passivos contingentes: decorrem basicamente de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios movidos por terceiros, ex-empregados e órgãos públicos, em ações cíveis, trabalhistas, de natureza fiscal e previdenciária e outros riscos. Essas contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores legais e levam em consideração a probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, baseado em suporte documental ou contábil, ou histórico de fatos semelhantes apesar da incerteza inerente ao prazo e valor. As contingências classificadas como prováveis são aquelas para as quais são constituídas provisões; as contingências possíveis requerem somente divulgação e as remotas não requerem provisões ou divulgação.

Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias: decorrem de discussão judicial sobre a constitucionalidade das leis que as instituíram e, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes provisionados integralmente nas demonstrações financeiras.

k. Imobilizado de uso

Os bens do ativo imobilizado estão registrados ao custo de aquisição deduzido das depreciações. As depreciações foram calculadas pelo método linear, aplicando-se as seguintes taxas anuais, que contemplam a estimativa de vida útil-econômica dos bens: equipamentos de uso, sistemas de comunicação e segurança - 10%; sistemas de processamento de dados - 20%. Os gastos com benfeitorias em imóveis de terceiros estão sendo amortizados de acordo com o prazo do respectivo contrato de aluguel.

I. Intangível

Os ativos intangíveis são amortizados pelo período que representa a melhor expectativa de prazo de geração de benefícios econômicos à entidade e contabilizados em despesas administrativas.

m. Pagamento baseado em ações

O Banco de Investimento dispõe de pagamento baseado em ações liquidado em dinheiro como forma de remuneração de serviços prestados por colaboradores.

Para os pagamentos baseados em ações liquidados em dinheiro, os serviços adquiridos e passivos incorridos são mensurados ao valor justo do passivo e reconhecidos quando os colaboradores prestam serviço à empresa. Até a liquidação, o valor justo do passivo é reavaliado e mudanças no valor justo são reconhecidas diretamente no resultado.

O valor justo dos prêmios liquidados em dinheiro ao término de cada período é calculado com base no valor de mercado das ações da HSBC Holdings, convertido em reais.

Um cancelamento que ocorre durante o período de aquisição é tratado como uma aceleração da aquisição, sendo reconhecido de imediato no resultado o montante que de outra forma seria reconhecido ao longo do período de carência.

4. Aplicações interfinanceiras de liquidez

	2017				2016	
	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 2 anos	Acima de 2 anos	Total	Total
Aplicações no Mercado						
Posição bancada	3.731	-	-	-	3.731	244.624
Aplicações em depósitos interfinanceiros	50.021	-	-	-	50.021	-
Total	53.752	-	-	-	53.752	244.624
Circulante					53.752	244.624

5. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

a. Títulos disponíveis para a venda

Em 31 de dezembro de 2017, a carteira de títulos e valores mobiliários do Banco de Investimento está classificada como títulos disponíveis para venda, sendo apresentada conforme tabela abaixo:

	2017				2016			
	Menos de 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Valor de mercado	Valor de custo atualizado	Efeito no patrimônio líquido	Valor de mercado	Efeito no patrimônio líquido
Letras financeiras do Tesouro	-	3.249	-	3.249	3.250	(1)	2.952	(4)
Letras do tesouro nacional	199.947	520.049	-	719.996	683.173	36.823	524.722	37.887
Notas do tesouro nacional - F	-	-	377.401	377.401	322.206	55.195	353.993	42.687
Total	199.947	523.298	377.401	1.100.646	1.008.629	92.017	881.667	80.570
Circulante					199.947		-	
Longo Prazo					900.699		881.667	
Efeitos tributários						(41.408)		(36.257)
Total					50.609		44.313	

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data de balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores serão estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de definição de preços, modelos de cotações ou cotação de preços para instrumentos com características semelhantes.

b. Instrumentos financeiros derivativos

O Banco de Investimento participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos destinados a atender às necessidades de seus clientes.

O gerenciamento dos riscos envolvidos nessas operações é realizado através do estabelecimento de políticas operacionais, determinação de limites e do monitoramento constante das posições assumidas, as quais foram valorizadas com base nas taxas médias divulgadas por fontes independentes como a B3, Reuters e Bloomberg.

Derivativos são instrumentos financeiros que derivam o seu valor a partir do preço de itens subjacentes, tais como ações, taxas de juros, taxas de câmbio, mercadorias e índices. Derivativos permitem aos usuários aumentar, reduzir ou alterar sua exposição a riscos. Derivativos são mensurados ao valor justo e demonstrados no balanço patrimonial separando-se os totais de ativos e passivos.

A carteira de instrumentos financeiros derivativos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 estava apresentada como segue:

	Ativo			Passivo		
	2017	2016	2016	2017	2016	2016
	Circulante	Longo prazo	Total	Circulante	Longo prazo	Total
Outros créditos						
Swaps	3.081	10.188	13.269	26.200	27.626	57.200
NDF	11.317	2.310	13.627	-	1.155	2.222
Futuros (*)	2.683	-	2.683	29	4.222	-
Swaps	17.081	12.498	29.579	26.229	33.003	59.422
						92.425
						5.782

(*) Classificados em "negociação e intermediação de valores."

A margem dada em garantia das operações de instrumentos financeiros derivativos na clearing de derivativos é composta por títulos públicos federais no montante de R\$ 219.807 (R\$ 121.480 em 2016).

	2017						2016	
	Valor a receber/pagar			Ajuste a valor de mercado			Valor de mercado	
	Vencimento						Valor	
	Valor de referência	Até 3 meses	Superior a 1 ano	Valor de mercado	do custo atualizado	Efeito no resultado	Valor de mercado	
Swaps								
Posição ativa								
CDI	940.498	-	3.081	10.188	13.269	9.117	53.761	
Posição passiva								
USD	1.643.774	-(24.794)	(57.200)	(81.994)	(7.962)	(27.561)	-	
Pré	310.550	-(2.832)	-	(2.832)	(2.262)	-	-	
NDF								
Posição ativa								
USD	668.520	1.416	9.901	2.310	13.627	16.725	(3.098)	-
Posição passiva								
USD	414.249	-(1.155)	(2.222)	(3.377)	(2.344)	(1.033)	-	
Posição ativa								
CDI								
Compra	1.228.639	745	-	-	745	-	745	29
USD								
Compra	126.209	377	-	-	377	-	377	-
Venda	807.449	1.561	-	-	1.561	-	1.561	-
Posição passiva								
CDI	638.660	(48)	-	-	(48)	-	(48)	-
USD								
Compra	2.033.133	(4.174)	-	-	(4.174)	-	(4.174)	(5.782)
Venda								

Instrumentos financeiros derivativos por contraparte

	Valor de referência			
	2017		2016	
	Clientes	Instituições financeiras	Total	Total
Swaps	2.894.822	-	2.894.822	513.933
NDFs	1.082.769	-	1.082.769	6.283
Contratos de futuros (*)	-	4.834.091	4.834.091	575.327
Total	3.977.591	4.834.091	8.811.682	1.089.260

(*) Referem-se às operações que tenham como contraparte a B3.

Instrumentos financeiros derivativos por mercado de negociação

	Valor de referência			
	2017		2016	
	B3	Cetip	Total	Total
Swaps	-	2.894.822	2.894.822	513.933
NDFs	-	1.082.769	1.082.769	6.283
Contratos de futuros	4.834.091	-	4.834.091	575.327
Total	4.834.091	3.977.591	8.811.682	1.089.260

6. Outros créditos e outras obrigações - Diversos

A composição dos saldos de outros créditos e outras obrigações está demonstrada a seguir:

	2017		2016	
	Circulante	Longo prazo	Circulante	Longo prazo
Outros créditos				
Créditos tributários (Nota 19.c)	16.654	15.851	-	18.146
Devedores por depósitos em garantia (*)	-	20.795	-	20.653
Imposto de renda a compensar e a recuperar	6.392	-	-	2.489
Outros impostos e contribuições a recuperar	3.381	-	-	-
Valores a receber de sociedades ligadas	8.283	-	-	-
Outros	419	854	3.414	414
Total	35.109	37.500	3.414	41.702
Outras obrigações				
Provisão para pagamentos a efetuar (**)	28.889	12.541	25.632	12.690
Provisão para passivos contingents (Nota 20.a)	-	8.841	-	8.490
Outras	1.871	-	1.699	-
Total	30.760	21.382	27.331	21.180

(*) O Banco de Investimento mantém valores depositados em juízo, determinados por diversas instâncias judiciais, aguardando a decisão definitiva desses processos. Este montante é composto, materialmente, por processos fiscais de imposto de renda e contribuição social, cujas provisões estão apresentadas na nota explicativa 20.

(**) Refere-se principalmente a provisões para despesas de pessoal, incluindo encargos.

7. Imobilizado de uso

O imobilizado de uso é composto por:

	2017				2016	
	Taxa anual	Custo	Depreciação	Valor residual	Valor residual	Valor residual
Instalações, móveis e equipamentos de uso	10%	8.069	(1.462)	6.607	6.766	6.766
Sistemas de segurança e comunicações	10%	4.336	(1.463)	2.873	3.730	3.730
Sistemas de processamento de dados	20%	1.159	(384)	775	716	716
Total		13.564	(3.309)	10.255	11.212	11.212

8. Intangível

a) Os ativos intangíveis são compostos por:



HSBC Brasil S.A. - Banco de Investimento

Rua Funchal, 160, conjunto 191A - São Paulo - SP
C.N.P.J. 53.518.684/0001-84

www.hsbc.com.br

Em milhares de reais

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

16. Outras despesas administrativas

A composição de outras despesas administrativas está demonstrada conforme segue:

	2017	2016
Processamento de dados	(7.737)	(2.000)
Serviços técnicos especializados	(4.436)	(2.704)
Aluguel do escritório	(1.991)	(873)
Despesa de depreciação e amortização	(1.925)	(1.553)
Manutenção predial	(1.857)	(1.567)
Serviços do sistema financeiro	(1.745)	(607)
Prêmio de seguros	(1.649)	-
Manutenção de hardware	(1.412)	(1.111)
Despesas com viagens	(603)	(520)
Despesas de comunicações	(567)	(465)
Condomínio	(468)	(440)
Promoções e relações públicas	(406)	(224)
Serviços de terceiros	(181)	(399)
Publicações	(165)	(163)
Material	(133)	(121)
Emolumentos e gastos legais	(9)	(21)
Propaganda e publicidade	(2)	(287)
Contrato compartilhamento de custos	-	(406)
Outras	(1.916)	(1.073)
Total	(27.202)	(14.534)

17. Despesas Tributárias

A composição das despesas tributárias está demonstrada conforme segue:

	2017	2016
Despesas de contribuição ao COFINS	(6.837)	(8.257)
Despesas de contribuição ao PIS/PASEP	(1.148)	(1.345)
Outras despesas tributárias	(261)	(213)
Total	(8.246)	(9.815)

18. Outras receitas e despesas operacionais

A composição de outras receitas e outras despesas operacionais está demonstrada da seguinte forma:

	2017	2016
Outras receitas		
Recuperação de despesas e encargos	-	12.695
Reversão de provisões operacionais	5.729	3.160
Atualização monetária de depósitos judiciais	937	1.408
Outras	562	258
Total	7.228	17.521
Outras despesas		
Varição monetária sobre impostos	(744)	(717)
Varição cambial	(35.022)	-
Outras	(379)	(861)
Total	(36.145)	(1.578)

19. Imposto de renda e contribuição social

a. Encargos devidos sobre as operações do exercício

Segue a demonstração do imposto de renda e da contribuição social incidentes sobre as operações dos exercícios:

	2017	2016
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social (após participações no lucro)	89.547	115.979
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas mencionadas (*)	(40.296)	(52.190)
(Adições)/exclusões permanentes	(63)	(2)
Incentivos fiscais e adicional de Imposto de Renda	266	131
Outros ajustes	786	(1.549)
Imposto de renda e contribuição social sobre o resultado do exercício	(39.307)	(53.610)

(*) O imposto de renda foi calculado utilizando-se a alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10%, e a contribuição social foi calculada à alíquota de 15% sobre o lucro antes do imposto de renda até agosto de 2015 e à alíquota de 20%, entre setembro de 2015 e dezembro de 2017, ajustado na forma da legislação, resultando em uma alíquota ponderada de 40%.

b. Composição da conta de despesas com imposto de renda e contribuição social

	2017	2016
Impostos correntes		
Imposto de renda e contribuição social devidos	(33.007)	(66.092)
Impostos diferidos		
Constituição no exercício, sobre adições temporárias	(6.298)	12.482
Total	(39.305)	(53.610)

c. Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Constituição		Saldos em 31/12/2017
	Saldos em 31/12/2016	(realização) líquida	
Imposto de renda e contribuição social diferido ativo			
Provisão para contingências fiscais	1.994	160	2.154
Gratificações e participações no resultado	12.610	331	12.941
Ajuste a valor de mercado de instrumentos financeiros derivativos	2.842	11.929	14.771
Provisão para honorários advocatícios	542	(20)	522
Outras	156	1.961	2.117
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	18.144	14.361	32.505

Ajuste a valor de mercado de títulos disponíveis para venda

2 (2) -

Total dos créditos tributários ativos 18.146 14.359 32.505

Imposto de renda e contribuição social diferido passivo

Ajuste a valor de mercado de títulos disponíveis para venda	(36.259)	(5.149)	(41.408)
Ajuste a valor de mercado de instrumentos financeiros derivativos	(3.131)	(20.660)	(23.791)
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	(39.390)	(25.809)	(65.199)
Total dos créditos tributários passivos	(39.390)	(25.809)	(65.199)

Créditos tributários líquidos

	Saldos em 31/12/2015	Constituição (realização) líquida	Saldos em 31/12/2016
--	----------------------	-----------------------------------	----------------------

Imposto de renda e contribuição social diferido ativo

Provisão para contingências fiscais	1.990	4	1.994
Gratificações e participações no resultado	-	12.610	12.610
Ajuste a valor de mercado de instrumentos financeiros derivativos	-	2.842	2.842
Provisão para honorários advocatícios	541	1	542
Outras	-	156	156
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	2.531	15.613	18.144

Ajuste a valor de mercado de títulos disponíveis para venda

4.010 (4.008) 2

Total dos créditos tributários ativos 6.541 11.605 18.146

Imposto de renda e contribuição social diferido passivo

Ajuste a valor de mercado de títulos disponíveis para venda	-	(36.259)	(36.259)
Ajuste a valor de mercado de instrumentos financeiros derivativos	-	(3.131)	(3.131)
Outras	(36)	36	-
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	(36)	(39.354)	(39.390)
Total dos créditos tributários passivos	(36)	(39.354)	(39.390)

Créditos tributários líquidos

6.505 (27.749) (21.244)

d. Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias e base negativa de contribuição social

Ano	2017		2016	
	Diferenças Temporárias Imposto de Renda	Contribuição Social	Total	Total
2017	-	-	-	10.186
2018	10.409	6.245	16.654	2.684
2019	1.335	801	2.136	1.251
2020	6.339	3.804	10.143	2.542
2021	301	180	481	232
2022	848	509	1.357	226
2023	663	398	1.061	229
2024	370	223	593	200
2025	50	30	80	282
2026	-	-	-	314
Total	20.315	12.190	32.505	18.146

O valor presente dos créditos tributários, considerando a expectativa da taxa pré-fixada em Reais, de 8,95% a 10,87% a.a., líquida dos efeitos tributários, é de R\$ 25.580 de diferenças temporárias.

e. Créditos tributários não ativados

O Banco de Investimento não possui créditos tributários não reconhecidos em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

20. Passivos contingentes e obrigações legais

O Banco de Investimento é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões civis e fiscais.

a. Composição das provisões

Contingências fiscais: processos judiciais e administrativos envolvendo tributos federais, estaduais e municipais.

As provisões para contingências estão representadas por:

	2017	2016
Fiscais (Nota 6)	8.841	8.490
Total	8.841	8.490

b. Movimentação das provisões

	2017				Saldo em 31/12/2017
	Saldo em 31/12/2016	Adições	Utilizações (*)	Reversões	
Fiscais	8.490	404	-	(53)	8.841
Total	8.490	404	-	(53)	8.841

	2016				Saldo em 31/12/2016
	Saldo em 31/12/2015	Adições	Utilizações	Reversões	
Cíveis	60	-	-	(60)	-
Fiscais	8.654	732	-	(896)	8.490
Total	8.714	732	-	(956)	8.490

Total 8.841 8.490

c. Obrigação legal

As provisões fiscais apresentadas na nota 20.a incluem as provisões de obrigações legais do Banco de Investimento as quais estão apresentadas abaixo:

	2017	2016
Contribuição Social - Constitucionalidade da cobrança / Majoração da alíquota (*)	8.640	8.300
Total	8.640	8.300

(*) O montante de R\$ 8.640 (R\$ 8.300 em 2016) referente a ações provenientes das aquisições das operações no Brasil do Grupo Lloyds em 30 de junho de 2003 e do Bank of Montreal, através da incorporação do grupo CCF em 30 de junho de 2000. Nos termos dos contratos de aquisição, essas ações estão sujeitas a indenização por parte dos vendedores caso as provisões contabilizadas atualizadas não sejam suficientes para a liquidação das causas em caso de perda por trânsito em julgado. Da mesma forma, em caso de ganho pelo HSBC das respectivas causas, as provisões atualizadas estão sujeitas a devolução aos respectivos vendedores.

d. Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

O Banco de Investimento mantém sistema e estrutura interna de acompanhamento de todos os processos administrativos e judiciais em que a instituição é autora ou ré. Cada processo está suportado por avaliação de sua assessoria jurídica que considera o risco de perda envolvido e classifica o caso como de risco provável, possível ou remoto. Considerados estes pressupostos, o principal caso classificado como risco possível é o processo relativo a Compensação dos créditos de PIS/COFINS no valor de R\$ 31.083 (R\$ 39.642 em 2016).

21. Outras informações

a. Patrimônio de referência exigido (Acordo de Basileia)

O Banco de Investimento mantém patrimônio líquido compatível com o grau de risco da estrutura de seus ativos nos termos da Resolução CMN nº 3.490/07 e normas posteriores.

b. Caixa e equivalentes de caixa

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa são compostos por:

	Saldos em 30/06/2017	Saldos em 31/12/2016	Saldos em 31/12/2016
Disponibilidades	13.345	11.533	6.454
Aplicações interfinanceiras de liquidez	134.120	53.752	244.624
Total de caixa e equivalentes de caixa	147.465	65.285	251.078

(*) Se refere ao título público LTN com vencimento em 01/01/2018.

c. Outras considerações

Em 03 de agosto de 2015 foi anunciado pelo acionista controlador HSBC Holding plc um acordo, assinado em 31 de julho de 2015, com o Banco Bradesco S.A. para a alienação das operações do HSBC no Brasil, correspondentes a totalidade das ações do HSBC Bank Brasil S.A. - Banco Múltiplo e HSBC Serviços e Participações Ltda. O Banco de Investimento, assim como seu controlador HSBC Brasil Holding, não fizeram parte dessa alienação, devido a reestruturação societária ocorrida em 28 de setembro de 2015 em que o HSBC Bank Brasil S.A. - Banco Múltiplo transferiu por cessão onerosa as ações do Banco de Investimento para HSBC Brasil Holding S.A.

A Diretoria

Sergio Luiz Rose - Contador CRC PR-064247/O-3 "T" SP

Relatório do Comitê Auditoria

O Comitê de Auditoria (Comitê) do HSBC Brasil foi formalmente constituído através da Ata da Assembleia Geral Extraordinária, de 26 de dezembro de 2017, do HSBC Brasil S.A. - Banco de Investimento ("Banco de Investimento"). As principais atribuições do Comitê são:

Contratação do auditor independente

Como parte de uma organização internacional, as empresas do Grupo HSBC no Brasil utilizam a empresa de auditoria independente definida pela matriz, em Londres ("Matriz"), que é a PRICEWATERHOUSECOOPERS Auditores Independentes ("PWC"). O Comitê de Auditoria certificou-se de que a PWC atende a todos os requerimentos legais e regulamentares locais para a prestação de serviços de auditoria independente.

Revisão prévia das demonstrações financeiras antes de sua publicação

As demonstrações financeiras do Banco de Investimento foram devidamente revisadas pelo Comitê antes de suas publicações.

Avaliação da eficácia das auditorias

a) Auditoria interna

A Auditoria Interna do Banco de Investimento segue padrões e planejamento estabelecidos pela Matriz, dispondo de especialistas em determinadas operações bancárias. Para todas as áreas auditadas, são emitidos relatórios formais, os quais são discutidos com os executivos responsáveis pelas ações corretivas e são realizados acompanhamentos das recomendações. A equipe de auditoria do Banco de Investimento propicia um ambiente de controle conforme requerido pelo Grupo HSBC e pela regulamentação local.

Os membros do Comitê revisaram o resultado das auditorias realizadas e efetuaram o acompanhamento da implementação das recomendações dentro dos prazos estabelecidos, bem como de eventuais exceções. O Comitê de Auditoria se assegurou da eficácia desse controle da seguinte forma: 1) o resultado da auditoria é informado aos membros do Comitê e incluído no sistema do Departamento de Auditoria Interna; 2) a implementação das recomendações é acompanhada pela Auditoria Interna e as exceções reportadas ao Comitê Executivo; 3) o diretor responsável pela Auditoria Interna é entrevistado trimestralmente pelo Comitê Executivo e também, em reunião específica, pelo Comitê Regional e local de Auditoria, constituído nos termos da regulamentação local.

b) Auditoria externa

A eficácia dos trabalhos da PWC é assegurada pelo Comitê mediante a revisão dos seus relatórios de controles internos/financeiros e entrevistas com os responsáveis pela condução da auditoria nas reuniões do Comitê, onde são acompanhados o desenvolvimento e conclusões dos trabalhos.

O Grupo HSBC definiu políticas e controles para acompanhar aspectos relacionados à independência dos auditores. Todas as recomendações dos auditores externos são de conhecimento da diretoria executiva e sua implementação devidamente acompanhada de forma a serem efetivamente regularizadas. Anualmente, o presidente do HSBC tem que certificar para a Matriz em Londres que todas as recomendações da auditoria externa estão sendo devidamente implementadas.

Correção e aprimoramento de políticas e práticas

Embora ciente de suas indelegáveis atribuições, o Comitê de Auditoria, dentro do processo de Governança Corporativa do Grupo HSBC, dispõe de diversos Comitês, através dos quais são definidas políticas e estratégias do Grupo. Seus resultados em geral são acompanhados, prioridades são estabelecidas, questões relevantes são escalonadas e ações corretivas definidas visando à tomada de medidas aplicáveis a cada caso.

Efetividade de controles internos

O Comitê se satisfaz da efetividade dos controles internos, assegurando o funcionamento do ambiente de controles implementado no Banco de Investimento, conforme descrito nos tópicos anteriores e também mediante a revisão dos controles efetuada por seus executivos, a qual foi objeto de revisão específica pelos auditores internos. Adicionalmente, os executivos responsáveis pelas áreas de auditoria interna, auditoria externa, compliance, jurídico, crédito e finanças foram entrevistados pelo Comitê.

Conclusão geral

O Comitê de Auditoria certifica que as informações constantes desse relatório são verídicas, atendem às requisições definidas nas Resoluções CMN nº 2.554/98 e nº 3.198/04 e que o sistema de controles do HSBC Brasil S.A. - Banco de Investimento é adequado à complexidade e riscos de seus negócios.

São Paulo, março de 2018.

Relatório dos Auditores Independentes

Aos Administradores e Acionistas
HSBC Brasil S.A. - Banco de Investimento

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do HSBC Brasil S.A. - Banco de Investimento ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do HSBC Brasil S.A. - Banco de Investimento em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2017, elaborada sob a responsabilidade da administração da Instituição, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e é apresentada como informação suplementar para fins do Banco Central do Brasil, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Instituição. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.